



Número: **0040396-21.2019.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção A da 19ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **11/07/2019**

Valor da causa: **R\$ 9.450,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ADRIANO BOTELHO MEDEIROS (AUTOR)		EWERSON VILAR DE LIMA (ADVOGADO)	
COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS (RÉU)		ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR (ADVOGADO)	
CLAUDIO DA CUNHA CAVALCANTI NETO (PERITO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
51355 277	25/09/2019 11:55	<a href="#">Sentença</a>	Sentença



Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**Seção A da 19ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE  
- PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810331

Processo nº **0040396-21.2019.8.17.2001**

AUTOR: ADRIANO BOTELHO MEDEIROS

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

**SENTENÇA**

Vistos etc.

1. **ADRIANO BOTELHO MEDEIROS**, devidamente representado por procurador constituído nos autos, propôs **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT** em face da **COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS**, objetivando o pagamento da indenização securitária que entende devida.

2. Alega o demandante que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em **03/02/2018**, do qual teria resultado "*DEBILIDADE PERMANENTE NO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO*". Informou, ainda, que, administrativamente, não recebeu qualquer quantia, e que faria jus ao teto indenizatório do segmento no valor de **R\$ 9.450,00**.

3. A ré apresentou **contestação** de ID nº 47501260 alegando, preliminarmente, ausência de laudo do IML, documento que considera imprescindível.

4. No mérito, alega que o autor não apresentou os documentos solicitados na via administrativa. Sendo certo que, acaso constatada alguma lesão definitiva em perícia judicial, ainda seria necessário aplicar a tabela de graduação prevista na lei.

5. Conforme laudo de verificação de ID nº 50624240, a parte AUTORA compareceu à perícia médica designada, onde foi submetida a exame médico.



## 6. É o relatório. Passo a decidir.

7. Preliminarmente, quanto à alegada ausência de laudo do IML, é sabido que para o autor fazer jus à indenização, nos termos da Lei nº 6194/74, basta comprovar sua invalidez permanente, o que não precisa ser feito necessariamente por meio de laudo do IML, conforme entendimento do e. TJPE:

**Ementa:** RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO. DPVAT. COMPROVAÇÃO DO NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A DEBILIDADE DO AUTOR E O ACIDENTE DE TRÂNSITO. LAUDO MÉDICO IDÔNEO. PRESCINDIBILIDADE DO LAUDO DO IML QUANDO APRESENTADO LAUDO MÉDICO IDÔNEO E CIRCUNSTANCIADO. PROPORCIONALIDADE DA INDENIZAÇÃO EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL. CONFIGURAÇÃO. RECURSO DESPROVIDO.1. O apelado demonstrou cabalmente haver sido vitimado por acidente motociclístico no dia 26 de abril de 2012, apresentando, em consequência disso, ferimentos na face medial do pé direito e na perna direita, conforme se depreende dos documentos de fls. 13/20 (Declaração de Atendimento do SAMU, Boletim de Pronto-Atendimento de Emergência e Urgência, Boletim de Ocorrência, Relatório Médico).2. **O laudo do IML não é indispensável ao ajuizamento da lide, podendo ser substituído por laudo médico idôneo capaz de demonstrar o acidente acometido ao segurado, discriminando o grau das lesões sofridas. Precedentes.**3. Necessidade de que a indenização seja fixada de forma proporcional, visto que a invalidez foi apenas parcial. 4. Agravo desprovido. Decisão unânime. (Agravo nº 380096-6 0084994-56.2013.8.17.0001, 6ª Câmara Cível, Tribunal de Justiça de PE, Relator: Evandro Sérgio Netto de Magalhães Melo, Julgado em:16/06/2015)

(grifou-se)

8. No mais, entendo que o presente feito comporta julgamento antecipado à luz do artigo 355, I, do Código de Processo Civil, porquanto a matéria nele ventilada é unicamente de direito, prescindindo de produção de outras provas para o seu deslinde e livre convencimento judicial, estando devidamente instruído com a prova documental acostada, de modo que se mostra autorizado o julgamento no processo no estado em que se encontra.

9. Em relação ao seguro DPVAT, vale destacar que a Lei nº 6.194/74, dispõe sobre seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.

10. O seguro DPVAT é obrigatório independentemente de eventual apuração de culpa, imposto a todos os que possuem veículos automotores de vias terrestres.



11. E, conforme a Lei nº 11.945/09, que alterou a Lei nº 6.194/74, para definir o valor da indenização, é necessário analisar a extensão do dano causado, nos termos do art. 3º, § 1º, inciso II da Lei nº 6.194/74, que dispõe o seguinte:

Art. 3º - (...)

§ 1º (...)

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

12. De acordo com a AVALIAÇÃO MÉDICA PARA FINS DE VERIFICAÇÃO DO GRAU DE INVALIDEZ PERMANENTE, relativo a exame médico ao qual o demandante **foi submetido**, foi constatada lesão de dano anatômico e/ou funcional permanente no **pé esquerdo** do autor. No mesmo ato, o médico perito subscritor, tomando por referência os parâmetros da lei 11.945/2009, atestou que se tratava, de **invalidez parcial incompleta com sequelas de LEVE repercussão (25%)**.

13. A tabela de graduação da invalidez, implementada pela lei 11.945/2009, estabelece que, para o caso de perda completa de mobilidade de um dos **pés**, o valor é obtido pela aplicação do percentual máximo de **50%** sobre R\$ 13.500,00 (valor total fixado para o caso de invalidez permanente, conforme art. 3º, inciso II, da supracitada lei), ou seja, **R\$ 6.750,00**.

14. Entretanto, no caso em apreço, o valor da indenização correspondente à debilidade permanente no **pé esquerdo** não poderia ser sequer o correspondente ao patamar máximo previsto para a perda completa de mobilidade (**R\$ 6.750,00**), uma vez que se trata de lesão permanente parcial incompleta, resultando em perda de repercussão **leve**, devendo ser aplicado o percentual de **25%** sobre **R\$ 6.750,00**, o que resulta na importância de **R\$ 1.687,50**, e não de **R\$ 9.450,00**, como requerido pela parte autora na inicial.

15. Esse tem sido o entendimento dos tribunais nacionais, a exemplo do v. Acórdão cuja ementa segue transcrita *in verbis*:



**Ementa:** APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ. Demonstrada a ocorrência do acidente e da invalidez permanente da parte autora, nos termos do art. 5º, caput, da Lei nº 6.194/74. A graduação da invalidez da vítima de acidente de trânsito foi introduzida pela Medida Provisória nº 451/2008, posteriormente convertida na Lei nº 11.945/2009. Assim, a graduação em comento é admitida tão-somente para os acidentes ocorridos a partir da entrada em vigor da referida Medida Provisória, ou seja, a partir de 16-12-2008. Caso em que o acidente ocorreu em data posterior à referida Medida Provisória, sendo necessária a graduação da invalidez. INDENIZAÇÃO DEVIDA. Hipótese em que a parte autora faz jus à indenização fixada na sentença, tendo em vista a lesão sofrida. Inteligência do artigo 3º, §1º, II, da Lei nº 6.194/74, com a redação conferida pela Lei nº 11.945/2009. Comprovada a incapacidade parcial incompleta da função manual, descabe a indenização no patamar máximo pretendido pela autora. NEGARAM PROVIMENTO À APELAÇÃO. (Apelação Cível Nº 70044924702, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 19/10/2011)

16. Ante o exposto, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, bem como art. 3º, inciso II, e seu §1º, inciso II da lei n. 6.194/1974, resolvendo o mérito da ação, **JULGO PROCEDENTE, em parte**, o pedido inicial, e, por conseguinte, CONDENO a seguradora demandada a pagar o valor de **R\$ 1.687,50** (hum mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), a título de indenização por invalidez permanente provocada por acidente de veículo automotor de via terrestre, a ser **corrigido pela tabela do ENCOGE, a partir do dia 03/02/2018**, data do acidente (Súmula 580 STJ), e **acrescida de juros moratórios de 1% ao mês, a partir da citação (20/08/2019)**.

17. Em face da sucumbência mínima da parte demandada, condeno a demandante ao pagamento das custas processuais e taxa judiciária, além dos honorários advocatícios no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa (art. 85, §2º c/c §8º, CPC) em favor do causídico da parte ré atuante no processo, ressaltando-se que, nos termos do art. 98, §3º, do NCPC, **fica suspensa a exigibilidade** da condenação ora imposta, que só poderá ser executada em até 05(cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado do presente julgado, caso se demonstre que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade.

18. Por fim, ante o **depósito judicial** realizado conforme guia de **ID nº 50094815**, **DETERMINO a EXPEDIÇÃO de ALVARÁ**, a título de honorários periciais, no valor de **R\$300,00** (trezentos reais), com as devidas atualizações, em favor do Dr. **Claudio da Cunha Cavalcanti Neto, CRM-PE 14043**.

19. Intimem-se, cumpra-se e, com o trânsito em julgado, em nada mais sendo requerido e em não havendo mais nada a ser cumprido, arquivem-se.



Interposto eventual recurso de apelação, **INTIME-SE** a parte APELADA para, no prazo de **15 dias**, **CONTRARRAZOAR** a apelação apresentada. Apresentadas as **CONTRARRAZÕES**, ou aposta **CERTIDÃO** caso **NÃO** sejam ofertadas, e em não sendo apresentada apelação adesiva, **REMETAM-SE** os **AUTOS** ao **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, nos termos do art. 1010, §3º do CPC.

RECIFE, 25 de setembro de 2019

**CARLOS GONÇALVES DE ANDRADE FILHO**

Juiz de Direito em exercício cumulativo

DHNO

